



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE – RO
ASSESSORIA JURIDICA

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA
BRASILÂNDIA D'OESTE / RONDÔNIA**

Parecer n.º15/2024
Projeto de Lei n.º 2085/2024

A Assessoria Jurídica desta Casa Legislativa vem, mui respeitosamente perante Vossa Excelência para apresentar o devido *Parecer* acerca do ***Projeto de Lei n.º2085/2024*** em epígrafe, nos termos do Regimento Interno com fulcro nos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos:

I – DO PROJETO DE LEI

Trata-se do ***Projeto de Lei n.º 2085/2024*** cuja súmula é: “Acrescenta o inciso VIII no art. 17 e cria o inciso I no § 2º do art. 37 da Lei 1.836/2023 e dá outras providências.”

II – DO PARECER

Trata-se de Projeto de Lei cuja competência está prevista na Lei Orgânica de Nova Brasilândia D'Oeste no art. 9º, inc. I bem como, art. 45, inc. VI.

A mudança dos artigos mencionados , está prevista no rol de competência do Chefe do Poder Executivo e, considerando a justificativa apresentada, esta Assessoria Jurídica entende que nada de inconstitucional se observa no Presente Projeto de Lei.

Cumpra observar que se trata de um parecer opinitivo, ou seja, tem caráter técnico-opinitivo que não impede a tramitação e até mesmo





PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE – RO
ASSESSORIA JURIDICA

conseqüente aprovação. Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, *in verbis*:

“O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução **ex officio** da lei. **Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador.**” (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.) Grifei.

Isto posto, esta Assessoria Jurídica opina pela aprovação em plenário do presente Projeto de Lei após as manifestações das comissões permanentes.

Este é o parecer.

Nova Brasilândia D'Oeste /RO, 22 de abril de 2024.

Ana Cláudia Castelo Branco Wanistin
Assessora Jurídica
OAB/RO 784

